

Encontro de TRTs da Região Sul



Encontro de TRTs da Região Sul

Foi realizado, nos dias 16 e 17 de abril, o Encontro de TRTs da Região Sul, no Tribunal do Trabalho do Paraná. Na foto, a partir da esquerda, o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas; e os presidentes dos TRTs da 4ª, 9ª e 12ª Regiões, magistrados João Ghisleni Filho, Rosalie Michaela Bacila Batista e Marta Maria Villalba Falcão Fabre **p. 4 a 7**

Juíza Morgana de Almeida Richa indicada conselheira do CNJ

A juíza Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba, foi escolhida em 23 de abril, pelo Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, órgão central administrativo do Judiciário brasileiro, como representante dos juízes trabalhistas de primeiro grau. A posse da magistrada deve ocorrer no início de junho próximo, para um mandato de dois anos. **p. 3**

Propostas para um ambiente de trabalho saudável

Juízes do Trabalho do Paraná deram início, em 24 de abril, às discussões sobre a necessidade de ambiente de trabalho saudável, estruturado na aplicação do Direito do Trabalho em sintonia aos avanços do Direito Ambiental. O encontro faz parte do projeto científico "Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações", que será desenvolvido durante todo o ano de 2009. **p. 2**

Nesta Edição

- Palestra e lançamento de obra jurídica na EAJ **p. 8**
- Inauguração da nova sede do Fórum de Maringá **p. 9**
- Novos juízes substitutos na 9ª Região **p. 10**
- Primeira etapa do concurso para juiz substituto **p. 12**

Juízes discutem propostas que propiciem ambiente de trabalho saudável



Mesa de abertura do lançamento do projeto "Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações": a palestrante Ziote Malhadas, o presidente da Amatra-IX e a diretora da EAJ do TRT-PR, magistrados Bráulio Gusmão e Rosemarie Pimpão; e o coordenador do projeto, juiz Paulo Conti

Flaviane Galafassi

Juízes do Trabalho do Paraná deram início, no dia 24 de abril, às discussões sobre a necessidade de um ambiente de trabalho saudável, estruturado na aplicação do Direito do Trabalho em sintonia aos avanços do Direito Ambiental. O encontro faz parte do projeto científico "Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações", que será desenvolvido durante todo o ano de 2009 pela Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR) em parceria com a Escola de Administração Judiciária (EAJ) do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

A proposta do projeto é trabalhar a ideia central de sustentabilidade, que se assenta na compreensão de que as organizações e as empresas necessitam ser economicamente lucrativas e competitivas, mas também ambientalmente corretas e socialmente responsáveis. "A

tradição do Direito do Trabalho se assenta em princípios nobres, que não apenas tangenciam, mas também se interseccionam e, em vários aspectos, coincidem com a base principiológica do Direito Ambiental. Essa interação, contudo, nem sempre se dá de modo claro. É necessário que nos concentremos nos pontos de interseção dos conceitos interagentes que aproximam esses dois ramos da Ciência Jurídica. A identificação dos pontos de contato entre dois ramos do pensamento jurídico há de nos propiciar, não a mera consciência da interdisciplinaridade, mas a precisa noção de que encontramos a junção necessária, o ponto de fusão que faz do Direito Ambiental do Trabalho uma disciplina específica, oriunda de uma visão abrangente do local de trabalho como um espaço-fonte de prerrogativas e direitos do trabalhador, a ser proporcionado com responsabilidade pelo capital", disse a diretora da EAJ, desembargadora

Rosemarie Diedrichs Pimpão.

De acordo com o coordenador do projeto, juiz Paulo Henrique Kretzchmar e Conti, vice-diretor da Ematra, a proposta é reunir os juízes durante todo o ano de 2009 para discussões sobre tópicos relacionados ao tema, tais como: o direito ambiental do trabalho e a proteção ao ambiente de trabalho como questão de saúde pública; sustentabilidade no trabalho; técnicas processuais de produtividade judicial; a securitização do acidente de trabalho e sanção premial.

No final do ano será apresentado um relatório que poderá resultar na publicação de artigos especializados e livros, elaboração e proposição de projetos de lei, formatação de projetos práticos de sustentabilidade laboral e elaboração de cartilhas direcionadas à população, além do estabelecimento doutrinário de padrões de sustentabilidade que poderão ser apresentados para aprovação por órgãos de credenciamento.

Durante o lançamento do projeto, a consultora da Unesco, doutora Ziote Zanotto Malhadas, apresentou o trabalho que realiza à frente do CRIE - Centro Regional de Integração de Expertise, vinculado à UNESCO e à UNU-IAS (Institute of Advanced Studies, da United Nations University). Ela incentivou o projeto iniciado pelos juízes do Trabalho do Paraná, no sentido de demonstrar a importância de iniciativas como essa no desenvolvimento de propostas que propiciem um meio ambiente adequado.

Na intranet do TRT-PR estão disponíveis os temas do projeto. ■

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michael Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** César Caldas, Flaviane Galafassi, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, Maria Ângela Marques e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Irene Piocker, Joel Gogola, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 500 exemplares. **Impressão:** Gráfica Radial Ltda.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

Juíza Morgana Richa indicada para o Conselho Nacional de Justiça

César Caldas e Jussara Elisa

A juíza Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba e atualmente convocada para atuar no TRT do Paraná, foi escolhida em 23 de abril, pelo Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, órgão central administrativo do Judiciário brasileiro, como representante dos juízes trabalhistas de primeiro grau.

A posse deve ocorrer no início de junho próximo, para um mandato de dois anos. Sua indicação ao CNJ mantém a representatividade da Justiça do Trabalho paranaense no Conselho, hoje integrado pelo desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

Segundo a juíza Morgana, com essa indicação, o TRT da 9ª Região mostra que é o grande prestigiado pelo TST, que conta com membros do Tribunal do Paraná de muita expressão. O ministro João Oreste Dalazen, oriundo do Regional paranaense é vice-presidente do órgão e também compõe o CNJ. "O TRT da 9ª Região passa por essa expressão nacional. No aspecto institucional o TRT tem um respaldo imenso. Está mantendo uma indicação através da própria qualificação do seu corpo de magistrados, representando uma credibilidade institucional muito acentuada. Desperta como um Tribunal que tem um trabalho sério e cujos membros conseguem de fato expressar a credibilidade de postura e de trabalho com essa abrangência nacional", disse a magistrada.

O CNJ, segundo a juíza Morgana, tem que ser pensado a partir de um Judiciário que é muito polarizado, tanto nas suas divisões de competências como nas áreas que agrupam cada instituição: o Estadual, o Federal e o Trabalhista. "Há uma gama de conteúdos muito diversos. A preocupação do CNJ é traduzir uma maior homogeneidade para esses Tribunais. Os estaduais eram conhecidos como ilhas independentes, que não possuíam ligações entre si. A

partir da criação do CNJ vem também uma necessidade de verificar quais são as estruturas internas desses Tribunais, como funcionam, quais são as boas experiências e formatos que devem ser repassados aos demais órgãos, que devem ser duplicados em ações idênticas", expôs. Como exemplo, citou a informatização, que é um dos grandes projetos do CNJ, alinhando-se à própria necessidade de maior celeridade e maior efetividade na prestação jurisdicional. "O CNJ, na medida que traduziu uma maior estruturação homogênea para esses Tribunais, obteve uma maior eficiência, que se pode chegar a um Brasil inteiro de uma forma mais equilibrada, dando maior visibilidade ao Poder Judiciário. Consequentemente houve maior aproximação do cidadão para com o Judiciário".

Para a futura conselheira, é necessário ressaltar que o CNJ objetiva atingir o maior grau de qualificação, capacitação e de melhoria da estrutura do Judiciário de uma forma gradual. "Nós temos uma história de Judiciário de muitos anos, então o CNJ tem que guardar, também, um equilíbrio de crescimento junto com a sua própria possibilidade de implantação. Tem medidas mais drásticas que necessitam de maturação, tempo e respaldo estrutural modificado gradualmente. O CNJ não é algo estanque que começa em cada mandato. Necessita ter planejamento estratégico para ele próprio e para sua atuação e um projeto de médio e longo prazo no sentido de que a sua identidade seja bastante delineada", acrescentou.

■ A MAGISTRADA

Ex-vice presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) na gestão 2006-2008 e ex-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra-IX) por duas gestões consecutivas, a juíza Morgana tem se destacado no cenário jurídico paranaense e brasileiro, não só por sua atuação judicante, como também na condição



Juíza Morgana: mantém a representatividade da Justiça do Trabalho paranaense

de interlocutora de seus colegas juízes junto a outros setores da sociedade. Atualmente é diretora administrativa da JusPrev (fundo de pensão nacional dos membros do Judiciário e do Ministério Público) e integrante da Academia Brasileira de Direito Constitucional.

Morgana Richa formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (turma de 1990) e ingressou na Justiça do Trabalho no cargo inicial da carreira (juiz substituto), em julho de 1992. Dois anos depois, foi promovida à titularidade de Vara do Trabalho, exercida sucessivamente em Cianorte, Telmaco Borba, Assis Chateaubriand e, desde outubro de 2002, na 15ª Vara de Curitiba. Em 2008, foi laureada pelo TST com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

■ OUTROS INDICADOS

Na mesma sessão que indicou a juíza Morgana, o Tribunal Superior do Trabalho escolheu também dois outros representantes da Justiça do Trabalho no CNJ para o próximo biênio. São o ministro Ives Gandra Martins Filho, do próprio TST e o desembargador Nelson Tomaz Braga, do TRT da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro. ■

Encontro de TRTs da Região Sul debate práticas de gestão

Luiz Munhoz

A segunda edição do Encontro de TRTs do Sul, reuniu em Curitiba, em 16 e 17 de abril, presidentes, corregedores, diretores e servidores dos Regionais Trabalhistas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O evento, organizado pela Secretaria-Geral da Presidência do TRT 9ª, discutiu as melhores práticas administrativas e judiciárias de cada Tribunal, com o objetivo de conhecer as soluções encontradas e discutir as perspectivas e potencialidades institucionais dos TRTs do Sul.

Na abertura do encontro, a presidente do TRT da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, saudou os participantes ressaltando a importância da conjugação de esforços dos Regionais, tendo em vista a busca da qualificação dos serviços prestados à sociedade. "Trazemos nossos anseios e discutimos algumas matérias, ouvimos as boas práticas uns dos outros com a finalidade de trazê-las para nós e aperfeiçoá-las. Assim, buscamos desempenhar melhor nossa missão maior que é a prestação jurisdicional". O presidente do TRT-RS, desembargador João Ghisleni Filho, abordou a ideia do encontro: "nossos Tribunais têm a mesma origem e porte semelhante, temos boas práticas, dificuldades e temos que superá-las". A juíza Marta Maria Villalba Falcão Fabre, presidente do TRT-SC, falou sobre a sua expectativa quanto ao evento: "eu espero compartilhar da experiência, das soluções encontradas pelos senhores e esperamos contribuir para que este intercâmbio seja gratificante para todos nós".

Pronunciou-se, também, o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, que apresentou o projeto "Memorial da 9ª Região". O magistrado enfatizou a importância da preservação da memória dos Tribunais como referencial necessário para que saibamos



Encontro discutiu as melhores práticas administrativas e judiciárias dos TRTs do Sul. À mesa, os diretores das Escolas Judiciais dos TRTs da 12ª e 4ª Regiões, magistrados Edson de Oliveira e Flavio Sirangelo; os presidentes dos TRTs da 4ª, 9ª e 12ª Regiões, magistrados João Ghisleni Filho, Rosalie Bacila Batista e Marta Falcão Fabre; e a diretora da EAJ do TRT 9ª, desembargadora Rosemarie Pimpão

de nossa história e como um dever cultural para com as futuras gerações. "A pesquisa histórica no material que dispõe a Justiça do Trabalho abre a possibilidade de resgatar diversos aspectos da classe trabalhadora, das empresas e dos empresários, das relações do público e do privado, da advocacia e do Ministério Público, como atores fundamentais que são na administração da Justiça".

"Libras - Linguagem brasileira de Sinais" foi a palestra ministrada pelo juiz Cássio Colombo Filho. O magistrado reportou-se ao artigo 819, da CLT, o qual prevê que o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz. E o § 1º do artigo dispõe que será procedido da mesma forma, quando se tratar de surdo-mudo, ou de mudo que não saiba escrever. Sendo, portanto, Libras a linguagem oficial dos surdos. Para o magistrado, capacitar funcionários do TRT-PR em linguagem Libras viabiliza um passo muito valioso para o encaminhamento de pessoas surdas à compreensão de seus direitos e dos trâmites processuais.

O assessor de Comunicação Social do TRE-PR e presidente do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça,

Marden Machado, falou sobre "A importância da Comunicação Social para que o Judiciário aproxime-se da população e da imprensa". Ressaltou a necessidade de investimento em pessoal e estrutura nas Assessorias de Comunicação Social para o desenvolvimento de projetos que valorizem ações práticas nessa interação cidadão e Judiciário.

No segundo dia do evento foram realizadas reuniões setoriais divididas por áreas: Informática, EAJ, Ascom, RH, DG/SECOF/ACI/ASSJUR, SGP, Vice-presidência, Coordenação Judiciária, Secretaria do Tribunal Pleno, SECOR e Secretaria de Processamento Judiciário e Assessoria de Economia e Estatística.

■ Reunião setorial de Escolas Judiciais

A diretora da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, detalhou os trabalhos desenvolvidos pela EAJ-PR, expondo algumas perspectivas futuras: "além de tratarmos desses projetos voltados à agenda 21, do ambiente de trabalho saudável, de técnicas de conciliação, nós estamos tentando implementar o assunto que não sai das pautas de primeira instância, que é aquele voltado às perícias e ao acidente de trabalho". O desembargador Flavio Sirangelo, diretor da EAJ do TRT 4ª, elogiou a iniciativa de



Reunião setorial das Escolas Judiciais: os diretores das Escolas da Região Sul, magistrados Edson de Oliveira, Rosemarie Diedrichs Pimpão e Flavio Sirangelo

discussão de temas sobre o funcionamento das Escolas Judiciais, a sua integração regional e apresentou o treinamento constante como vital para a evolução de qualquer organização. O juiz Edson Mendes de Oliveira, diretor da Escola Judicial do TRT 12ª, sugeriu a utilização de recursos informatizados para a aproximação das Escolas Judiciais, dentre os quais a videoconferência como instrumento capaz de viabilizar a comunicação entre as instituições. Os juízes paranaenses Luciano de Toledo Coelho e Leonardo Vieira Wandelli abordaram, posteriormente, os temas relativos à autonomia administrativa, custeio das atividades das Escolas Judiciais e a ação formadora dos magistrados. Planejamento de programas de conciliação e mediação para Tribunais foram apresentados a seguir pela juíza Morgana de Almeida Richa.

Os magistrados e servidores representantes das Escolas Judiciais dos TRTs da 4ª, 9ª e 12ª Regiões, consolidaram seu posicionamento a respeito das Escolas Judiciais: entendem a Escola como vetor de política pública para a formação de juízes do Trabalho, e integrante de funções estatais voltadas à adequada construção do estado democrático de direito. Acreditam ser essencial a formação do juiz do Trabalho, de modo a dispensá-lo, ainda que temporária e parcialmente, para o exercício do magistério nas Escolas Judiciais, sem prejuízo da produtividade. Veem como indispensável a formulação, por juízes orientadores, de programas de acompanhamento da

atividade jurisdicional, considerando o aspecto teórico-prático em uma das etapas da formação inicial do magistrado. Quanto ao treinamento e formação de servidores, fornecidos pela Escola Judicial, este deve estar vinculado à atividade-fim, de modo a integrar o trabalho da magistratura e do corpo funcional. O ensino a distância deve ser incrementado e complementar ao presencial. As Escolas Judiciais devem formular estratégias e apurar as demandas para a formação continuada. A participação ativa dos magistrados nos eventos das escolas deve ser incentivada. Deve-se promover o reconhecimento, pelos Tribunais, da importância das Escolas Judiciais para a eficiência da gestão pública, e as Escolas devem estreitar os laços com as Presidências e Corregedorias.

■ Reunião setorial - Comunicação

Os assessores e servidores de comunicação presentes ao encontro reuniram-se para discutir a política nacio-



Reunião setorial da área judiciária

nal de comunicação, composição das assessorias e projetos de comunicação.

Os profissionais compreendem que os TRTs devem organizar suas estruturas de comunicação por áreas de conhecimento bem definidas (jornalismo, design, publicidade e relações públicas); a Ascom deve ficar responsável somente pelo planejamento e organização dos eventos, delegando a operação de equipamentos, sonorização, apresentações audiovisuais à área de serviços gerais; as Administrações dos TRTs do Sul devem gestionar junto ao TST um aumento da participação do órgão na integração às atividades de comunicação (programa de TV); os TRTs devem investir em portais corporativos que incentivem o envolvimento de magistrados e servidores no processo de comunicação.

■ Reunião setorial da SRH

Competências organizacionais, gestão do conhecimento, saúde do servidor, programas permanentes de capacitação, jornada de trabalho e controle de jornada foram os temas dessa reunião.

Os representantes de RH acreditam que deve haver um direcionamento da área para uma perspectiva mais estratégica em cada Tribunal; existe a necessidade de indicação de representante da área RH de cada Regional para manifestação em discussões sobre assuntos relacionados à gestão de pessoas em reuniões do COLEPRECOR, bem como quando de expedição de normas pelo CSJT; deve-se solicitar a participação do RH nas discussões que envolvam a elaboração do novo Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário.

■SGP, Vice-presidência, Coordenação Judiciária, S. T. Pleno, SECOR, Processamento Judiciário, Assessoria de Economia e Estatística

Convênios, diário eletrônico, e-Gestão, Juriscalc, foram alguns dos assuntos dessa reunião setorial.

Foi apresentado o software e-Gestão que possibilita a administração do TRT fazer um “raio-x” da situação funcional e lotação de cada unidade judiciária de 1º grau. O e-Gestão propiciou imediatamente a localização, em como conhecer o histórico de processos interpostos antes de 2005. Em relação aos convênios estabelecidos entre Tribunais e órgãos públicos para consulta e fornecimento de dados às unidades judiciárias de 1º Grau: INFOJUD, SERPRO, DETRAN, COPEL, BACEN, ANO-REG, foram expostas as dificuldades enfrentadas e experiências no sentido de ensinar e orientar a utilização dos convênios. No tocante à execução de cálculo para a prolação de sentenças líquidas, o servidor Juarez Varallo Pont (9ª Região), apresentou o Juriscalc - programa adotado no TRT da 8ª Região, que está disponível no site daquele Regional para download e utilização pelos interessados. Sendo de fácil utilização por magistrados e servidores, seus cálculos servem de parâmetro para a conciliação e diminuem o índice de impugnação dos cálculos. Produz resultados em cálculos simples em tempo de aproximadamente dez minutos. O servidor José Augusto Conforto (TRT 9ª Região) abordou digi-

talização do recurso de revista e dos AIRRs, além da publicação das matérias administrativas e judiciárias no Diário Oficial Eletrônico. Demonstrou as áreas de testes, produção e publicação das matérias no portal da 9ª Região.

■Reunião setorial da DG, SECOF, ACI e Assessoria Jurídica

Os diretores-gerais e membros das Assessorias da Direção-Geral, SECOF, Serviço de Pagamento, Assessoria de Controle Interno e Assessoria Jurídica da Presidência iniciaram as discussões sobre a licitação da folha de pagamento, sendo analisados diversos aspectos jurídicos, econômicos, estratégicos e operacionais.

Devido à recente decisão do TCU, que propugna pela legalidade da licitação da folha de pagamento, desde que observada a relação custo x benefício, a princípio não haveria problema de ordem jurídica. Contudo, outras questões merecem estudo detalhado, tais como: estabelecimento de uma estratégia em conjunto dos três Regionais, análise do valor financeiro/bancário da folha de pagamento, parâmetros de outros convênios realizados por órgãos públicos, relação custo x benefício para os TRTs, tempo ideal para vinculação da folha, valor mínimo para licitação. Outro tema debatido foram os honorários periciais, observou-se a grande evolução dos gastos com honorários, a necessidade de fixação de valores compatíveis com a realidade de mercado, problemas decorrentes da antecipação de honorários e a ausência de cadastro único de peritos.

■Reunião setorial de Informática

A reunião foi aberta pelo presidente da Comissão de Informática do TRT da 9ª Região, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, que enfatizou que as ações individuais dos Regionais serão substituídas por ações nacionais, com vista à padronização de softwares e à economia financeira e de trabalho. Na oportunidade, o juiz Eduardo Milléo Barcat falou sobre o projeto de gravação audiovisual de audiências, que apresenta as vantagens de proporcionar maior dinamismo durante as audiências, transparência e proximidade com a realidade, eliminando ainda a dificuldade para se consignar em ata os depoimentos.

O desembargador Ubirajara Carlos Mendes falou sobre o e-Julg, software voltado ao gerenciamento de sentenças, acórdãos, expondo a importância desse programa como um projeto estratégico em relação à prestação jurisdicional. O juiz Bráulio Gabriel Gusmão, membro da CAPI - Comissão de Avaliação de Projetos de Informática do CSJT, apresentou a situação do SUAP nacional e informou a decisão da Administração do TRT-PR de implantar três novas Varas do Trabalho em Curitiba preparadas para trabalhar com processos eletrônicos.

Os diretores de Informática da Região Sul devem apresentar a lista de projetos e seus respectivos estágios atuais que possam gerar esforços concomitantes nos Regionais, sendo que esta lista dos projetos nacionais



Reunião setorial sobre Informática: o desembargador Sérgio Murilo Lemos, durante explicação



Desembargador Ubirajara Mendes

deve ser submetida a Astic para divulgação nacional; entende-se que o e-Julg deve receber a alocação de recursos humanos e orçamentários proporcional ao efetivo para o SUAP, tendo em vista a perspectiva estratégica de prestação jurisdicional desse programa; como os TRTs do Sul do país possuem sistema consolidados, esses Tribunais devem contribuir com as experiências no desenvolvimento de módulos e aguardarão, pelo menos, a entrega de todos os módulos do SUAP referentes ao 1º grau para posterior implantação, assim os demais Regionais poderão homologar os seus sistemas. Os Tribunais têm que efetivar políticas de certificação digital para que todos os usuários comecem a utilizar ferramentas informatizadas; deve-se solicitar à Administração dos TRTs o adequamento do fluxo de trabalho atual, para os fluxos de trabalho estabelecido para o SUAP; será solicitado um reestudo ao CSJT dos recursos de infraestrutura padronizados para a implantação do SUAP nacional, bem como da nova perspectiva de funcionamento que será exigida pelos serviços disponibilizados, tais como: digitalizações, gravações audiovisuais, ambientes centralizados, segurança, disponibilidade, em especial para o dimensionamento adequado dos links de comunicação, sendo ainda necessário estudar os critérios de contratação desses links de comunicação para determinar quem deverá gerir



Desembargadora Ana Zaina: Responsabilidade Social

estes recursos, se o CSJT ou se cada Regional separadamente.

■ Palestra Responsabilidade Social

A desembargadora Ana Carolina Zaina, presidente da Comissão de Responsabilidade Social, falou da importância de uma cultura de solidariedade e respeito ao meio ambiente em nossa sociedade. Para a magistrada, “falar da responsabilidade social é falar de sustentabilidade, dos direitos fundamentais do homem, de cidadania”. A desembargadora apresentou os projetos sociais do TRT-PR sobre reciclagem de resíduos sólidos, biblioteca solidária nos presídios, farmácia solidária e o projeto de inclusão digital. Lembrou, que atualmente, discutir economia é falar de crescimento econômico atrelado a desenvolvimen-

to social. Conclamou a todos a se tornarem “participes da sustentabilidade, porque nós passaremos, mas a instituição ficará”.

■ Encerramento

Ao final do encontro, o presidente do TRT-SC, desembargador João Ghisleni Filho, fez considerações em nome dos presidentes dos Regionais Trabalhistas. Quanto às Escolas Judiciais, o magistrado citou a grande evolução que as escolas obtiveram e que parcerias nesta área são fundamentais. Forneceu como exemplo a Escola Judicial do TRT-RS, que divide custos quando da apresentação de palestrantes (transporte, estadia) com instituições de ensino e entidades associativas. Enfatizou, ainda, a importância das unidades de comunicação social, como vetores que possibilitam a aproximação do judiciário com a sociedade. Em relação à área de informática, a implantação gradativa de programas e rotinas informatizadas, devido aos custos e a complexidade envolvida na viabilização de novos softwares, parece ser a opção mais realista e viável nos TRTs. Por último, o magistrado demonstrou preocupação com as questões orçamentárias dos Tribunais, vindo na licitação da folha de pagamento uma alternativa a escassez financeira dos Regionais Trabalhistas.

O próximo Encontro de TRTs do Sul, será realizado em Porto Alegre, nos dias 22 e 23 de outubro de 2009. ■

TRT cadastra juízes e servidores para sistema de malote digital da Justiça do Trabalho

César Caldas

O Tribunal do Trabalho da 9ª Região, por sua Secretaria de Informática, está acelerando o processo de cadastramento dos magistrados e servidores objetivando a implantação, no âmbito do Paraná, do sistema nacional de comunicação eletrônica interna da Justiça do Trabalho, instituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O sistema é constituído de diversos módulos que visam à organização, au-

tenticação e armazenamento de comunicação recíproca, oficial ou não, entre tribunais, varas e unidades administrativas da instituição em todo o país.

O objetivo é a substituição do malote de documentos impressos, sempre que a remessa por esta via for desnecessária, o que resultará economia de tempo, material de expediente e recursos financeiros. Os documentos digitais tramitarão no formato PDF (portable document format).

Com a implantação do sistema nacional, o TRT paranaense dá cumprimento ao Ato Conjunto 5/2009, do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, republicado com alterações determinadas pelo Ato Conjunto 7, dos mesmos órgãos.

A operacionalidade total do sistema não substituirá integralmente o correio eletrônico, mas confere ao malote digital a primazia para as correspondências oficiais. ■

Palestras e lançamento de obra jurídica na EAJ do TRT da 9ª Região

“Contrato de Trabalho e Crise Econômica da Empresa”

Rossana Tuoto

A abordagem sobre tema fundamental na atual conjuntura econômica motivou, no dia 2 de abril, evento de relevância jurídica para o Direito do Trabalho. Encontro realizado na Escola de Administração Judiciária da 9ª Região (EAJ-PR), esta “em seu papel de dinamizar o estudo e a reflexão”, conforme ressaltou o vice-presidente e ouvidor-geral do TRT-PR, desembargador Luiz Eduardo Gunther. As reflexões trazidas culminaram no lançamento do livro “Contrato de Trabalho e Crise Econômica da Empresa”, de autoria da servidora Cristiane Budel Waldraff.

A anfitriã, diretora da EAJ-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, na “apresentação e boas-vindas as honrosas presenças à mesa e demais presentes”, ressaltou a passagem da servidora pela assistência em seu gabinete.

A presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista, destacou “o quanto é oportuno este novo livro em período de turbulência econômica que sacode os mercados internacionais com reflexos diretos nas relações sociais e na economia brasileira”.

Na abordagem de seu livro, Cristiane destacou que foram dois os enfoques principais na possibilidade de alteração do contrato de trabalho com diretrizes legais, quais sejam: a nova Lei de Falências (Lei 11.101/05) e a Teoria da Imprevisão prevista no novo Código Civil.

Na análise do tema, em síntese, reportou-se a dois dispositivos constitucionais (art. 5º, inciso XXIII e art. 170, III) a embasar a sua ideia principal - a da função social da empresa. Destacou que é por essa importância em nossa sociedade que a nova Lei de Falências se preocupou tanto com a recuperação da empresa em crise econômica. No entanto, que não são todas as empresas em crise econômica que podem se valer da referida lei. Apenas aquelas onde restar demonstrado que a crise adviêdo de uma má gestão e não da in-



Mesa de abertura: o advogado José Affonso Dallegrave Neto, os desembargadores Luiz Eduardo Gunther, Rosalie Michaelae Batista e Rosemarie Diedrichs Pimpão (vice-presidente e presidente do TRT-PR e diretora da EAJ, respectivamente); a servidora Cristiane Waldraff e o advogado Alberto de Paula Machado (presidente da OAB-PR)

viabilidade do negócio.

“É por isso que eu proponho com base na atual Lei de Falências e na Teoria da Imprevisão, que os empregados não sejam excluídos desse processo de recuperação da empresa em crise econômica”, enfatizou. Comentou ser nesse momento que as alterações do contrato de trabalho em diretrizes legais (objetivas e subjetivas) podem ser aplicadas, a exemplo da redução de salários e de jornadas, com a compensação mediante acordo ou convenção coletiva. Logo, que seria justo que os empregados fossem convocados a participar desse processo de recuperação judicial abrindo mão, temporariamente, de vantagens e direitos, obedecidos os requisitos legais. No entanto, que tal processo deve estar condicionado a efetiva existência de crise empresarial e vinculado ao retorno das condições de trabalho ao estado anterior ou com mais vantagens, tão logo superada a crise.

O presidente da OAB-PR, advogado Alberto de Paula Machado, questionou alguns aspectos da Lei de Falências, a exemplo da limitação do crédito trabalhista e conceito de sucessão.

O advogado José Affonso Dallegrave Neto compactuou das ponderações do colega Alberto Machado. Enfatizou que as críticas à nova Lei de Falências dizem respeito as relações de trabalho, uma vez que passou a constar limitador do crédito trabalhista (art. 83, I), que eram

na totalidade preferenciais. Também acredita haver brecha legal na referida lei, a qual pode fomentar a chamada falência simulada (art. 141, § 2º).

O desembargador Luiz Eduardo Gunther citou ser o sindicato o fenômeno mais importante na relação capital *versus* trabalho, demonstrando sua preocupação com o posicionamento que vem crescendo (a negociação sem a presença do sindicato). Apontou na Lei de Falências duas questões essenciais para serem aprofundadas: a presença do sindicato como negociador na recuperação judicial da empresa e a explicitação do motivo para o desligamento do trabalhador. Por fim, reportou-se à contribuição científica que a obra jurídica da servidora Cristiane traz, sendo fruto de muito estudo e dedicação. ■



Cristiane Waldraff autografando a obra

Fórum de Maringá ganha nova sede

Flaviane Galafassi

Será inaugurado no dia 8 de maio, às 16 horas, o novo Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá. A nova estrutura irá proporcionar maior segurança e comodidade ao público interno e externo, que passa a contar com espaço ampliado para as audiências e também para o desenvolvimento dos trabalhos. Entre os benefícios da nova sede está a construção de duas salas de audiência em cada Vara do Trabalho, além de duas salas de conciliação. Atualmente, o Fórum de Maringá tem apenas uma sala de audiência em cada VT e não há espaço para o ambiente de tentativa conciliatória antes das audiências.

A unidade, que conta hoje com 5 Varas do Trabalho, possui ainda espaço para aumento do número de Varas,



Entrada da nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá

quando necessário. No total, o terreno doado pela Prefeitura de Maringá contempla 12,7 mil metros quadrados, com área construída para o novo Fórum de

7,2 mil metros quadrados, além de 702 para o serviço administrativo do Tribunal e outros 907 a serem construídos para arquivo. ■

Reunião define parceria entre EAJ do TRT da 9ª Região e Ematra para 2009

Jussara Elisa

Em 22 de abril, o vice-presidente do TRT do Paraná, no exercício da presidência, desembargador Luiz Eduardo Gunther, reuniu-se com magistrados integrantes da Escola de Administração Judiciária e da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região. Na oportunidade foi discutido o projeto "Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações" (matéria completa nesta edição - página 2). Ficou definido que o plano e seus desdobramentos serão o carro-chefe de conteúdo científico da EAJ para 2009, em parceria com a Ematra IX (idea-

lizadora do projeto).

Participaram da reunião a diretora, o vice-diretor e o coordenador da Escola de Administração Judiciária, desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão, Altino Pedrozo dos Santos e Arnor Lima Neto, respectivamente; os presidente e vice-presidente da Amatra IX, juízes Bráulio Gabriel Gusmão e Carlos

Penteado Conte; o juiz Luciano de Toledo Coelho, além dos diretores da Administração do TRT. ■



Magistrados e servidores que participaram da reunião em 22 de abril: definida parceria entre EAJ do TRT-PR e Ematra para 2009

Dia da Conciliação na 2ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa

Na 2ª VT de Ponta Grossa, que tem como titular a juíza Sandra Mara de Oliveira Dias, foi estabelecido o "Dia da Conciliação". A mobilização acontece no último dia útil de cada mês. Em 30 de abril foram realizadas 33 audiências, que resultaram em 14 acordos - um percentual de 42,4% de conciliação nos processos em pauta na ocasião.

■ Jussara Elisa

Novos magistrados na 9ª Região

Jussara Elisa

No dia 24 de abril, os magistrados Roberto Joaquim de Souza e Marcello Dibi Ercolani foram investidos no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho da 9ª Região (Paraná). A cerimônia ocorreu no gabinete da Presidência do TRT-PR, em Curitiba.

O vice-presidente do Tribunal, no exercício da presidência, desembargador Luiz Eduardo Gunther, conduziu o ato, que contou com a presença de magistrados e servidores.

Em seu pronunciamento, o desembargador Gunther, abordou as realidades dos Estados do Paraná e de São Paulo, de onde os magistrados vieram mediante permuta. "Aqui, como em São Paulo, o trabalho será árduo. No mundo contemporâneo, há velocidade e urgência, decorrente da informação instantânea. Novos modelos contra-



Os magistrados Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente do TRT da 9ª Região) e Marcello Dibi Ercolani

tuais e conceitos são criados, hábitos se modificam, a própria sensação de tempo se altera. A sociedade da informação extingue e reinventa, em prazos cada vez menores, relações jurídicas cujo grau de complexidade e detalhamento está em constante mutação. Tudo isso gera conflitos inauditos, por exemplo, nos campos ambiental e moral. A composição e o julgamento de demandas, assim, nos impõem formação e aprimoramento continuados. Não podemos perder o bonde de uma história que está sendo escrita por trabalhadores e empreendedores, diariamente, com cenários e enredos que não se repetem e, muitas vezes, nos surpreendem. Para isso, contem com nossa Escola Judicial, não só no período de vitaliciamento, mas também ao longo de toda a carreira que abraçam. Contem também com a Administração do Tribunal, no sentido de proporcionar condições de trabalho apropriadas e dignas ao exercício de seus cargos".

Pela Amatra-IX, falou o presidente da entidade, juiz Bráulio Gabriel Gusmão. O magistrado deu as boas-vindas aos novos integrantes da 9ª Região e abordou a importância da opção feita pelo 9º Regional, tendo em vista que os juízes chegam ao Paraná mediante permuta.

■ OS MAGISTRADOS

Natural de Bela Vista do Paraíso (PR), o juiz Roberto de Souza bacharelou-se



Juiz Roberto Joaquim de Souza

em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Foi bancário, assessor legislativo na Câmara dos Deputados e advogado por 15 anos. Integrava o quadro da magistratura da 15ª Região (sediado em Campinas), chegando ao Paraná mediante permuta com o também substituto Marcelo Chaim Chohfi, da 9ª Região.

Gaúcho da cidade de Mata, o juiz Marcello Dibi Ercolani é bacharel em Direito pela Unifoz - Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu. Possui pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil e em Direito do Trabalho, pela Univel (Cascavel) e pela Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra 9), respectivamente. Foi servidor da Justiça do Trabalho do Paraná por mais de dez anos. Exerceu a magistratura no TRT da 2ª Região (sediado na capital paulista) e sua permuta se dá com a juíza Fernanda Zanon Marchetti (9ª Região). ■

Estudo em equipe na Vara do Trabalho de Jacarezinho

A Vara de Jacarezinho reiniciou, em março, a prática do estudo em grupo. São realizados encontros semanais, das 10h às 12h, quando são estudados assuntos de interesse geral. As exposições ficam a cargo dos próprios servidores, de acordo com a sua afinidade ao tema em discussão, sob a coordenação e direção da titular daquela unidade, juíza Ana Paula Sefrin Saladini. O Provimento Geral, elaborado pela Corregedoria da 9ª Região, foi discutido nos três primeiros encontros do ano. Também foi abordada a Nova Ortografia da Língua Portuguesa. O estudo em grupo iniciou, ainda, o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) - curso ministrado pela Associação Jacarezinhense de Reabilitação ao Deficiente Auditivo e Atendimento ao Deficiente Visual, composto por 3 módulos: Básico, Intermediário e Profundo, cada um com 30 horas.

■ Jussara Elisa

Juiz paranaense integrará nova diretoria da Anamatra

Jussara Elisa

O juiz do Trabalho Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, titular da 1ª VT de Araucária e diretor Administrativo da Amatra-IX, foi eleito diretor de Formação e Cultura da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) - biênio 2009/2011. A posse dos novos dirigentes da Anamatra será em 27 de maio, às 19 horas, no Porto Vittoria Espaço de Eventos, em Brasília (DF).

A chapa Unidade & Trabalho - encabeçada pelo juiz Luciano Athayde Chaves, da 21ª Região (Rio Grande do Norte) - recebeu 1.604 votos. Ao todo, 47% dos associados da Anamatra foram às urnas. No Paraná, 42,92% dos

associados da Amatra IX participaram do processo eleitoral. Foram registrados 93 votos válidos e um em branco. A apuração dos votos na sede da regional foi feita pela Subcomissão Eleitoral composta pelos juizes Pedro Celso Carmona, Marcos Vinícius Nenevê e Adayde dos Santos Cecone.

O juiz Fabrício, em nome dos dirigentes eleitos, agradeceu a todos que votaram e apoiaram a chapa Unidade & Trabalho. "A expressiva participação dos associados nesse processo eleitoral nos confere legitimidade para enfrentar os desafios atuais e futuros da magistratura brasileira e trabalhar em prol de um Judiciário altivo e independente", ressaltou. Na Anamatra, o juiz



Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira

pretende que todas as ações sejam voltadas à formação global e continuidade do magistrado. ■

Juiz da 9ª Região profere palestra na Câmara de Vereadores de Rolândia

Jussara Elisa

Em 6 de abril, o juiz do Trabalho substituto Fábio Alessandro Palagano Francisco proferiu palestra sobre a Justiça do Trabalho na Câmara Municipal de Rolândia. Na oportunidade, o magistrado falou sobre estrutura, procedimentos, arrecadação de tributos e estatística do TRT da 9ª Região, além da importância da CTPS na vida do trabalhador. Também participaram da conferência os representantes de associações de bairros,

presidentes de sindicatos e entidades civis organizadas e secretários municipais vinculados à área social. Após a palestra, foram distribuídas cópias parciais da Cartilha do Trabalhador, documento confeccionado pela Anamatra. Além da entrega da cartilha, o juiz Fábio Francisco colocou-se à disposição da sociedade para realizar outras palestras, com a finalidade de ampliar os conhecimentos da população sobre a Justiça do Trabalho e os direitos trabalhistas. ■



Juiz Fábio Alessandro Palagano Francisco

Programa Fale com a Presidente

A desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista recebeu servidores de Curitiba, em 13 de abril, dentro do programa "Fale com a Presidente". Para participar dos encontros é necessária inscrição, que deve ser efetuada mediante mensagem eletrônica para o endereço fale.com.presidencia@trt9.jus.br. O Programa teve início em 19 de maio de 2008. A desembargadora tem recebido bimestralmente, em seu gabinete, até oito servidores em audiência para sugestões, críticas e dúvidas relativas à metodologia da ordem de serviço, às condições de trabalho e questões diversas do interesse individual e coletivo do corpo funcional.

■ Jussara Elisa

Ministro Lélío Bentes abre Projeto OIT

Jussara Elisa

Em uma promoção do Núcleo de Estudos de Direito Internacional da Faculdade de Direito da UFPR, aconteceu, em 17 de abril, a abertura do "Projeto de Extensão OIT" sobre "O papel das Normas Internacionais no Mundo do Trabalho". A aula magna foi proferida pelo ministro do TST Lélío Bentes Corrêa. O magistrado falou sobre "A Comissão de Aplicação de Normas da OIT".

Segundo o ministro, a Constituição brasileira de 1988 é merecidamente considerada uma das mais avançadas do mundo porque consagra direitos e garantias previstas em diversas normas internacionais, de forma que o aplicador do Direito brasileiro se acostumou a buscar nos princípios constitucionais o norte para a solução dos problemas jurídicos - quando muitas vezes esses mesmos princípios constitucionais são repetição de outros princípios já consagrados nas normas internacionais. Lembrou que, com isso, deixa-se muitas vezes de ir à verdadeira origem, à verdadeira fonte daqueles preceitos. "A proposta é buscar familiarizar o operador não apenas com essas normas, com suas fontes de produção, mas também com o entendimento e com as interpretações emanadas dos órgãos de controle dos organismos internacionais. A OIT tem, por exemplo, a comissão de peritos em aplicação de convenções e recomendações, composta por 20 ju-

ristas de todo o mundo, que constantemente emite opiniões, pareceres e considerações sobre o conteúdo das normas internacionais. É muito importante que, no Brasil, a interpretação dessas normas seja consistente com a interpretação emanada dos órgãos de controle", frisou.

■ CRONOGRAMA DO PROJETO

As demais palestras do projeto são: "Normas Internacionais do Trabalho/NIT - Aplicação do Direito Internacional do Trabalho no Sistema Brasileiro", com o desembargador Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente e ouvidor-geral do TRT-PR, em 29 de maio; "A Crise Internacional e o Panorama das NIT no cenário brasileiro", com Cristian Ramos Veloz - técnico da OIT/Brasil (26/06); "A atuação do MPT na aplicação das Normas Internacionais do Trabalho", com os procuradores Eliane Lucina e Enoque Ribeiro dos Santos, da PRT da 9ª Região (31/07); "O Comitê de Liberdade Sindical da OIT - natureza e efetividade de suas decisões", com os advogados Sandro Lunard Nicoladeli - professor universitário - e André Passos - consultor de entidades sindicais (28/08); "O diálogo social e o tripartismo como premissas norteadoras da OIT" (25/09); "As normas internacionais do trabalho e as diretivas dos blocos econômicos", com Oscar Ermida Uriarte - a confirmar (30/10); e "A promoção do trabalho decente no Brasil" - representação do escritório da OIT no

Brasil (27/11).

O objetivo do projeto é divulgar o conhecimento através da promoção de estudos e debates sobre o funcionamento institucional da Organização Internacional do Trabalho, elaboração das suas normas e aplicação. A organização é do Núcleo de Estudos em Direito Internacional da Universidade Federal do Paraná, Centro de Estudos do Ministério Público do Trabalho no Paraná, Instituto Oficina, com o apoio do TRT do Paraná, Amatrix, UFPR, Capes e Faculdades Opet.

■ VISITA AO TRT-PR

O ministro Lélío Bentes visitou a nova sede do Tribunal do Trabalho, ocasião em que abordou a importância das Normas da OIT. Também participou de almoço alusivo ao encerramento do "Encontro de TRTs da Região Sul", que oportunizou a troca de informações com os presidentes dos três Regionais Trabalhistas. ■



O ministro Lélío Bentes, o desembargador Célio Waldraff (TRT-PR) e a procuradora do Trabalho Eliane Lucina

Primeira etapa do concurso para juiz

Flaviane Galafassi

Foi realizada, em 18 e 19 de abril, na Universidade Positivo, a primeira prova do concurso para o cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná.

Cerca de 15% dos candidatos inscritos no concurso não realizaram as provas. Dos 2.030 inscritos, 283 não compareceram no primeiro dia de prova, no sábado, quando foram abordadas questões de Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional e Comunitário e Direito

Previdenciário. No domingo, outros 16 candidatos não compareceram para a realização da prova de Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal e Direito Comercial, totalizando 299 faltosos (14,7%).

A lista com os nomes dos 334 classificados à segunda fase do concurso e o gabarito das provas estão disponíveis no site www.trt9.jus.br, em Concursos.

Após a análise dos recursos pendentes, o TRT publicará o gabarito definitivo e a convocação para a segunda prova, que ocorrerá na manhã de 16 de

maio, versando sobre conhecimentos específicos.

Ao todo o concurso terá cinco etapas, com provas que ocorrerão até agosto deste ano. Os aprovados na segunda fase passarão à terceira, que consistirá na elaboração de sentença - prevista para 11 de julho.

A última etapa eliminatória (avaliação oral) deve ocorrer em 27 e 28 de agosto e será seguida pela valoração dos títulos. As datas das provas serão ratificadas pelo edital de convocação.

Os candidatos concorrem a quatro vagas para o cargo de Juiz Substituto. ■

Correição em maio nas Varas do Paraná

Flaviane Galafassi

As Varas do Trabalho de Londrina, 6ª e 16ª de Curitiba passarão por correição no mês de maio. Além de verificar o andamento dos processos em curso nas Varas, o corregedor, desembargador Ney José de Freitas, estará

à disposição de advogados e da comunidade. Na 16ª VT de Curitiba, a audiência pública ocorre no dia 7, das 16h30 às 17h30. Nas 1ª, 2ª e 3ª VTs de Londrina e no Serviço de Distribuição e Direção do Fórum Trabalhista de Londrina, o desembargador estará à disposição

da comunidade no dia 14, no mesmo horário. Nas 4ª, 5ª e 6ª VTs de Londrina, a audiência pública ocorre no dia 21, também das 16h30 às 17h30. A última correição de maio está marcada na 6ª VT de Curitiba, com audiência pública no dia 26, no mesmo horário. ■

Comunique: a Agência de Notícias do TRT-PR

Flaviane Galafassi

Com objetivo de informar a sociedade permanentemente sobre os atos da Justiça do Trabalho do Paraná, o TRT está criando sua Agência de Notícias. A estratégia de comunicação adotada é a de fornecer com a maior rapidez e de forma periódica notícias sobre o Tribunal, suas unidades judiciárias, bem como as decisões proferidas nas duas instâncias da Justiça do Trabalho. Para que as notícias sejam elaboradas e disponibilizadas à imprensa diariamente, aumentando as possibilidades de publicação, a participação de todos os magistrados e servidores nesse processo é fundamental.

E por que a necessidade de gerar notícias periodicamente? Os órgãos de imprensa recebem diariamente várias sugestões de notícias, a maioria delas por e-mail. Por dia, cada editor de jornal recebe centenas de e-mails com sugestões de matérias enviadas pelas assessorias de imprensa de órgãos públicos, instituições, empresas, artistas, entre outros. A seleção da leitura desses e-mails é baseada no endereço de origem ou no assunto proposto. Isso significa que remetentes que costumam enviar notícias interessantes, ou são conhecidos dos editores, têm maior possibilidade de terem suas sugestões analisadas. Lido o e-mail, a decisão por publicar uma notícia sugerida vai depender da importância desse assunto para o leitor, do espaço disponível no veículo e também pelo horário em que essa notícia foi enviada. Assuntos sugeridos no início dos trabalhos dos jornais têm mais chances de serem publicados que os de última hora.

O fato de ser uma fonte constante de notícias de interesse social, por meio de uma agência de notícias, acarretará em confiança aos jornalistas, que poderão obter diariamente novidades sobre a Justiça do Trabalho de forma rápida e segura. Ou seja, o fato de ser um emissor de notícias diárias gera constante pesquisa dos jornalistas ao site do Tribunal, tal como ocorre com agências de notícias já consolidadas atualmente, como a do próprio TST, Governo do Estado, Senado, entre outras, estreitando a relação Justiça do Trabalho e Imprensa. Para a instituição, fica a certeza que estará oferecendo adequadamente informações necessárias ao esclarecimento da sociedade.

Mas para que essa confiança seja conquistada é preciso atender os preceitos básicos do jornalismo: rapidez no fornecimento das informações e atualização diária dos dados. Para isso, é necessário que a Assessoria de Imprensa receba constantemente informações sobre o que está ocorrendo em toda a Justiça do Trabalho do Paraná, de forma a transformá-las em notícias à imprensa, que chegarão à sociedade.

Para facilitar o acesso rápido de todos à unidade de comunicação, foi criada na intranet uma ferramenta, denominada Comunique. Nela, há um espaço para que o assunto a ser divulgado seja inserido pelo usuário de forma rápida e resumida. Basta preencher os campos disponíveis na ferramenta com as informações que serão transformadas em notícias a serem sugeridas à imprensa ou publicadas nos veículos de comunicação interna do Tribunal. A

ferramenta está destacada em vermelho com a chamada Novo, na página inicial da intranet. Não há necessidade de escrever a informação em formato de texto de divulgação. Basta dar a dica sobre o que trata o assunto e indicar, se for o caso, uma pessoa para entrevista. A Assessoria de Imprensa será responsável por entrar em contato, coletar mais informações e produzir o texto.

Se o magistrado ou servidor estiver em dúvida quanto ao interesse do assunto, deve informar mesmo assim. A unidade de comunicação fará avaliação sobre as matérias que são notícias e os melhores espaços para divulgação. Assuntos que envolvam número elevado de pessoas, valores monetários, pessoas públicas, ou ações inéditas, tanto jurídicas como administrativas, sempre rendem notícias.

Além de gerar espaço para sugestões de matérias, a própria ferramenta fará o gerenciamento de todo o processo de armazenamento e distribuição da notícia, como envio do texto para aprovação da fonte quanto ao conteúdo, arquivamento da notícia e distribuição aos órgãos de imprensa, bem como veículos de comunicação interna. Todos os dados arquivados e gerenciados poderão resultar em relatórios permanentes para gestão da informação. É a tecnologia aliada ao gerenciamento da informação, de forma a contribuir para uma imagem positiva da Justiça do Trabalho, levando-a cada vez mais próxima ao cidadão por meio da informação. Para isso, a contribuição de magistrados e servidores é fundamental nesse processo. ■

Projeto propõe registro de banco de soluções e abre espaço para gestão participativa

Flaviane Galafassi

Dentre os 71 projetos em andamento no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, que fazem parte do primeiro Caderno de Projetos aprovados pelo Tribunal Pleno em 2008, está o "Banco de Soluções". O objetivo é disponibilizar ambiente virtual para o registro de ideias e experiências apresentadas pelos magistrados e servidores para melhoria dos processos e condições de trabalho no TRT da 9ª Região, de forma espontânea e incentivada pela administração. "Além do aprimoramento das práticas gerenciais, que se reverterá na melhoria da qualidade da prestação jurisdicional, será possível promover maior envolvi-

mento e motivação dos servidores, na medida em que poderão ver suas sugestões implantadas pela administração", explica a gerente do projeto, Carla Inez Basso, lotada na Direção-Geral.

A ferramenta para inclusão das sugestões foi desenvolvida pela Secretaria de Informática e está disponível na intranet, no Controle de Tramitação Administrativa (CTA). Para acessar a ferramenta basta clicar em "Novo Processo" e pesquisar "Registro do Banco de Soluções". Todos poderão participar e incluir suas sugestões, que serão analisadas pela Administração quanto à viabilidade de implantação da oportunidade de melhoria no âmbito do Regional, sempre que se verificar im-

pacto positivo no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

O autor será informado sobre todas as fases envolvendo a análise e eventual implementação de sua proposta, podendo ainda participar da execução do projeto. Poderão ser registradas sugestões inéditas ou, ainda, práticas de sucesso já implantadas na unidade frente a oportunidades de melhoria detectadas, devendo, nesse caso, serem apontados os resultados obtidos após sua implementação. Todas as sugestões ficarão arquivadas na ferramenta para consultas de magistrados e servidores do TRT-PR, de forma a contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos. ■

Artigo sobre pesquisa de servidor do TRT-PR é publicado em revista nacional

Jussara Elisa

O artigo científico "A impossibilidade da utilização do *jus postulandi* como fundamento para o indeferimento dos honorários de sucumbência na relação de emprego", escrito pelo servidor Paulo Roberto da Cruz (Vara de Marechal Cândido Rondon) foi publicado na edição 132 da Revista de Direito do Trabalho (RT). O texto é resultado de pesquisa feita em 2008 pelo servidor, mediante e-mails enviados a todas as Varas do Trabalho

e aos Serviços de Distribuição dos Feitos da 9ª Região.

Na pesquisa, Paulo concluiu que apesar de continuar vigorando em nosso meio a prática do *jus postulandi*, o indeferimento de honorários de sucumbência nas ações trabalhistas precisa utilizar novos argumentos, pois *jus postulandi* e honorários de sucumbência não são incompatíveis.

"Fiquei muito feliz em figurar numa revista que publica regularmente trabalhos de doutrinadores de renome

como Maurício Godinho Delgado, Alice Monteiro de Barros e Carlos Henrique Bezerra Leite, além de já ter publicado também artigos de magistrados da 9ª Região, como Dinaura Godinho Pimentel Gomes (Londrina), Eduardo Milléo Baracat (Curitiba) e o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther", ressaltou.

O artigo e os resultados da pesquisa estão disponíveis no mural da intranet do TRT-PR. ■

Tramitação do PLC 19/2009

O projeto para criação de cargos de servidores, ampliando o Quadro de Pessoal do TRT da 9ª Região, após aprovação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seguiu à Mesa do Senado, onde aguarda o transcurso do prazo para emenda, o que ocorrerá em 5 de maio. Encerrado o prazo, estará apto à inclusão na ordem do dia do Plenário. Importantes seis projetos de lei de conversão (originados de Medidas Provisórias) provocam, há semanas, obstrução regimental à votação de qualquer outro projeto de lei. Há expectativa de que tal circunstância seja superada em breve, já que na sessão de 29 de abril, foi aprovado o primeiro desses projetos, o PLC 2/2009, que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento de débitos para com a Receita Federal e concede anistia a determinadas obrigações. O projeto do TRT foi distribuído ao processo legislativo em 30 de abril de 2008 e no decurso de um ano, tempo extremamente ágil, encontra-se próximo à aprovação. A celeridade foi alcançada por esforços conjuntos institucionais, da representação política paranaense e do Sinjutra.

■ Maria Ângela Marques



Campanha de Páscoa 2009 na 9ª Região

Jussara Elisa

A 9ª Região da Justiça do Trabalho realizou campanhas de Páscoa na capital e em unidades de 1º grau do interior do Estado.

A Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR arrecadou 302 ovos de Páscoa na campanha deste ano, que foram doados a crianças carentes da Região Metropolitana de Curitiba, presenteando crianças das creches Reino Encantado, Cantinho do Céu e Ana Proveller e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

■ Unidades de 1º Grau

O Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina arrecadou 16 caixas de bombons entregues a trabalhadores que atuam em empresas prestadoras de serviços no Fórum. Foram distribuídos, ainda, ovos de Páscoa para filhos e netos daqueles trabalhadores, além de choco-

lates para crianças de escolinha de futebol e famílias que fazem parte de cooperativa de recicladores local.

O Fórum Trabalhista de Umuarama arrecadou 133 ovos e 75 cestas de Páscoa com chocolate e doces. Em Rolândia, a VT arrecadou 120 ovos de chocolate, entregues a centro de educação infantil daquela cidade. Foram distribuídos pela VT de Cornélio Procópio cerca de 530 ovos de Páscoa a nove instituições assistenciais. O Fórum da Justiça do Trabalho de Paranaguá arrecadou 215 caixas de chocolate, que foram doadas à Escola Municipal Maria Trindade. A Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho de Maringá entregou 88 unidades de chocolate para o Projeto Infância Missionária da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

■ Campanha do livro

O Fórum da Justiça do Trabalho de



Chocolates arrecadados em Curitiba

Londrina doou mais de 200 livros (jurídicos, romances, infantis e didáticos) para a Biblioteca Virtual do Jardim Franciscato, em sua campanha de arrecadação realizada neste início de ano. ■

Fórum de Umuarama: Paraná Alfabetizado

Rossana Tuoto

O Fórum Trabalhista de Umuarama, sob a direção da juíza Susimeiry Molina Marques, implementará ações voltadas à colaboração com o Programa Paraná Alfabetizado, da Secretaria de Estado da Educação - Núcleo Regional da Educação de Umuarama.

Ressaltou a magistrada Susimeiry que "as ações seriam no âmbito do Fórum Trabalhista de Umuarama com os recursos humanos e materiais já existentes,

atendo-se à identificação dentre os jurisdicionados das pessoas não alfabetizadas e promovendo seu cadastro junto aos órgãos competentes, para as devidas ações destes". Destacou que tal colaboração se insere nos princípios da instituição atinentes a responsabilidade social.

O Programa Paraná Alfabetizado é uma ação do Governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvido em parceria com o MEC/SECAD/Programa

Brasil Alfabetizado e demais organizações governamentais e da sociedade civil. O Estado do Paraná ocupa a 7ª posição de analfabetismo entre os 24 Estados brasileiros.

Segundo o IBGE (2000), na região Sul do país a média de analfabetismo é de 7,7% (uma das melhores do país), sendo o Paraná o estado com maior índice (9,5%), comparado com Santa Catarina (6,3%) e Rio Grande do Sul (6,7%). Fonte: www.paranaalfabetizado.pr.gov.br ■

Colóquio sobre relações trabalhistas

A presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, recebeu em 30 de abril a visita de representantes do Centro Universitário Curitiba: os professores Carlos Luiz Strapazzon (coordenador da pós-graduação *lato sensu*), Claudia Salles Vianna (coordenadora da Especialização em Direito do Trabalho e da Especialização em Direito Previdenciário) e Roberto Di Benedetto (coordenador da Faculdade de Direito de Curitiba). Na oportunidade, formalizaram convite para a realização de colóquio sobre a Justiça do Trabalho e os mais contemporâneos desafios, projetos, planejamento estratégico, atuação dos Conselhos Superiores e tendências de atualização. O convite foi aceito pela presidente, sendo a data do evento agendada para 17 de agosto, às 19 horas, no Unicuritiba. Terá como público todos os alunos da graduação, especializações e mestrado do Centro Universitário. A exemplo da participação ativa ao longo da exitosa Semana da Conciliação, organizada em dezembro de 2008, as instituições têm procurado integrar acadêmicos ao processo da ágil modificação realidade do Judiciário.

■ Maria Ângela Marques



Dia Mundial da Saúde é comemorado com ações preventivas

Rossana Tuoto

O Dia Mundial da Saúde - 7 de abril - foi comemorado no TRT do Paraná com ações preventivas. Resultou da parceria do Setor Médico-Odontológico com a empresa Unimed. "O Setor Médico-Odontológico acredita que a conscientização e a prevenção são os meios mais eficazes para evitar as doenças", frisou Sônia Gassmann, chefe do setor.

A estrutura para atendimento a magistrados e servidores permaneceu das 9 às 18h, no saguão da Escola de Administração Judiciária. "Servidores do Setor Médico ficaram à disposição exclusivamente para a aplicação da vacina contra a gripe aos inscritos na campanha", ressaltou a diretora do Serviço de Desenvolvimento e Benefícios, Valéria Cobbe.

■ CAMPANHA APROVADA

"Em todos os anos em que foi disponibilizada a vacina contra a gripe eu me inscrevi e só tive resultados positivos", contou o servidor Edson Firmino. "Acredito que os cuidados com a saúde deveriam se inserir no dia a dia dos servidores, com a disponibilidade de mais médicos no Tribunal, pois, muitas vezes, averiguações relevantes do estado de saúde, deixam de ser efetuadas, por não haver médicos suficientes ou por haver necessidade de espera, o que torna inviável para o servidor, o qual vai adiando diagnósticos médicos, absorvido por suas atividades habituais", completou Edson.

Os procedimentos de enfermagem como verificação da pressão arterial e

índice de massa corporal, bem como a distribuição de folders com orientações médicas, ficaram a cargo dos colaboradores da Unimed.

"Iniciativas que informam sobre os cuidados com a saúde sempre são bem-vindas e despertam para a prevenção em meio ao dia a dia profissional atribulado de todos, conscientizando sobre a necessidade do equilíbrio no bem administrar do tempo com atividade física, alimentação adequada e lazer, o que sempre resultará na melhor disposição e rentabilidade no trabalho. Afastando, portanto, o famigerado estresse, desencadeador de tantas doenças físicas e mentais", frisou a servidora Marhuska Santos Polli.



Servidora Marhuska participando da campanha

■ RESULTADOS

De acordo com a servidora Sônia Gassmann, foram aplicadas, no dia 7 de abril, 429 doses de vacina contra a gripe, realizados 416 procedimentos de enfermagem (verificação da pressão arterial e índice de massa corporal) e distribuídos aproximadamente 1.500 folders de promoção à saúde.

A campanha do Dia Mundial da Saúde foi estendida às unidades da região metropolitana: Araucária e Campo Largo (22/4); Colombo e Pinhais (23/4) e São José dos Pinhais no dia 24/4. Na mesma data, o prédio do Cajuru,

em Curitiba.

■ SAÚDE NAS UNIDADES DO INTERIOR

A partir de 28 de abril todas as unidades do interior receberam a vacina.

"Estas unidades também desde 2008 estão sendo beneficiadas com o projeto 'Atendimento da Área da Saúde a Todas as Unidades do Interior', criado para levar ações de promoção da saúde nas áreas de psicologia, fisioterapia, serviço social e enfermagem, uma vez que tais ações eram centralizadas na capital", lembra Sônia. "Uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogo, assistente social, fisioterapeuta e técnico em enfermagem, visita as unidades do interior esclarecendo dúvidas e prestando orientações", completa. Detalhando o projeto, Sônia destaca: "no campo da fisioterapia são oferecidas orientações relativas à estação de trabalho de cada servidor. O serviço social apresenta palestra de prevenção ao alcoolismo, a psicologia presta orientações quanto ao gerenciamento do estresse e a enfermagem realiza exames profiláticos e esclarecimentos quanto a licenças, juntas médicas, atestados e acidentes de trabalho entre outras atividades".

"Através da proximidade com os profissionais da equipe de saúde e de desenvolvimento pessoal e organizacional do Tribunal, muitas situações são esclarecidas, uma vez que o contato pessoal facilita e determina a resolução de dificuldades, atendendo a demandas que o telefone ou e-mail não suprem", conclui Sônia.

"Desde o ano passado foram visitadas as unidades de Loanda, Cianorte, Umuarama, Paranavaí, Nova Esperança, Porecatu, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco e Palmas", conta Sônia.

■ PREVISÃO DE VISITAS NO INTERIOR

Estão previstas para este ano mais três viagens para os meses de junho, agosto e outubro. Cada viagem tem duração de uma semana e permite a visita de três a quatro unidades, em média. ■



Servidores na fila para a vacina antigripal